

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-04-03

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Viersa Barros Silva, L. (2023). Além dos protestos: Austeridade e novas práticas ativistas antigentrificação e antiturstificação em Lisboa e Sevilha . In André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, Maria Asensio, José Santana Pereira, Helena Belchior Rocha (Ed.), *Da austeridade à pandemia: Portugal e a Europa entre as crises e as inovações*. (pp. 173-186). Lisboa: Mundos Sociais.

Further information on publisher's website:

<https://www.mundossociais.com/livro/da-austeridade-a-pandemia/136>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Viersa Barros Silva, L. (2023). Além dos protestos: Austeridade e novas práticas ativistas antigentrificação e antiturstificação em Lisboa e Sevilha . In André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, Maria Asensio, José Santana Pereira, Helena Belchior Rocha (Ed.), *Da austeridade à pandemia: Portugal e a Europa entre as crises e as inovações*. (pp. 173-186). Lisboa: Mundos Sociais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Capítulo 11

Além dos protestos

Austeridade e novas práticas ativistas antigentrificação e antiturstificação em Lisboa e Sevilha

Lucca Viersa Barros Silva

Aqui podia viver gente (Lisboa, 2019)

Mi ciudad no se vende (Sevilha, 2018)

Vecinos en peligro de extinción (Sevilha, 2018)

Quando habitar é um luxo, ocupar é um direito (Lisboa, 2019)

A crise de 2008 e o subsequente período de austeridade dão origem uma onda mundial de protestos (della Porta, 2015; Peterson, 2015).^{1 2} Sob a ótica urbana pode-se dizer que esses movimentos estão conectados com uma série de fenómenos, entre eles a uma crise de legitimidade política e a um aprofundamento das contradições urbanas (Mayer, 2009; Harvey, 2012). Ambos resultantes, em grande parte, da adoção de políticas públicas neoliberais como estratégia governamental para a superação da crise financeira (Mayer, 2009; 2012). Nesse contexto, uma série de demonstrações de descontentamento tomaram as ruas em diversas cidades do mundo. Muitos desses movimentos agruparam-se sob o lema do “direito à cidade”, ocuparam o espaço público e experimentaram novas formas de viver o urbano (Mayer, 2009). Alguns anos depois, é nesse mesmo paradigma de ação que se inserem os movimentos sociais antigentrificação e antiturstificação (Novy e Colomb, 2016).

No sul da Europa, onde a austeridade foi particularmente forte, estabeleceram-se algumas dinâmicas específicas (Accornero, 2022; Annunziata e Lees, 2016). Além da austeridade propriamente dita, algumas das políticas implementadas para superar a crise acabaram por aprofundar as contradições nas cidades, como a aposta no turismo e a atração de investimentos internacionais no ramo imobiliário

1 Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal através do Projeto Hopes: HOusing Perspectives and Struggles futures of housing movements, policies and dynamics in Lisbon and beyond (PTDC/GES-URB/28826/2017) e da bolsa individual de doutoramento (2020.06291.BD), ambos com fundos provenientes do orçamento nacional português.

2 Este capítulo é continuidade de um trabalho de investigação inicialmente publicado na Revista Tlalli. Revista de Investigación en Geografía com o título de “Además de las protestas. Movimientos sociales anti-gentrificación y antiturstificación, política prefigurativa y acción directa em Lisboa y Sevilha”, apresentado aqui com um enfoque e resultados diferentes.

(Accornero, 2022; Mendes, 2017; Jover e Díaz-Parra, 2019). Esse processo acabou por reforçar as desigualdades urbanas, resultando por exemplo no aumento dos preços dos imóveis e, conseqüentemente, desalojamentos e expulsões (Annunziata e Lees, 2016).

Nesse contexto, frases como as que se iniciam esse capítulo tornaram-se cada vez mais visíveis em distintas cidades da Europa do Sul. Diversos movimentos sociais começam a incorporar nos seus *contentious claims* problemas ligados à gentrificação e à turistificação (Accornero, *no prelo*; Annunziata e Lees, 2016). Esses movimentos contestam políticas públicas, várias implementadas durante o período de austeridade, como a desregulamentação do mercado imobiliário, privatização do parque público de habitação, assim como o modelo de desenvolvimento centrado no turismo (Harvey, 2012; Novy e Colomb, 2016). É sobretudo nos coletivos de luta pela habitação que os temas relacionados com a gentrificação e a turistificação aparecem com maior frequência, devido ao impacto dos fenômenos nesses setores, mas não só, esses temas são transversais, aparecendo também em coletivos ecologistas, defesa do patrimônio, entre outros (Accornero, *no prelo*).

Esses novos movimentos sociais trazem inovações em relação aos anteriores. A onda de protestos antiausteridade trouxe novos atores e práticas contestatórias (della Porta, 2015; Mayer, 2009). Muitas das quais foram incorporadas nos atuais movimentos antigentrificação e antituristificação. São ações que se inserem no que é chamado de *prefigurative politics* e também ação direta. São variadas e compreendem desde a organização de festivais de música, jantares, cineclubes, atividades de economia colaborativa, escolas alternativas, determinados modelos de tomada de decisão, assistência direta à comunidade, prestação de serviços, entre outros (della Porta, 2015; Jeffrey e Dyson, 2020).

Este capítulo propõe-se realizar uma análise das diferentes ações dos movimentos sociais que surgiram a partir da crise de 2008, focando-se nos movimentos antigentrificação e antituristificação. Por diferentes ações compreendem-se os eventos e atividades que não se encaixam na categoria de manifestações, mas sim no que é denominado *prefigurative politics* e ação direta. Serão analisados os coletivos de Lisboa e Sevilha, ambas cidades que se inserem no contexto estudado. Procura-se descobrir qual a natureza das atividades realizadas pelos coletivos nessas cidades, as suas similitudes e diferenças, assim como compreender melhor o repertório de ações dos movimentos locais e a sua organização.

Lisboa e Sevilha possuem contextos similares de gentrificação e aumento exponencial do número de turistas na última década. Governos de ambas as cidades apostaram no turismo como estratégia para a superação da crise económica de 2008 e realizaram distintos planos de renovação urbana nas áreas que hoje são afetadas por esses fenômenos (Gómez, 2006; Jover e Díaz-Parra, 2019; Accornero, 2022; Mendes, 2021; Tulumello e Allegretti, 2020; Cocola-Gant, Gago e Mendes, 2021; Jover, Barraquero-Díaz, Barrero-Rescalvo e Jiménez-Talavera, 2018; Calvo, Gago e Cocola-Gant, 2018).

Para atender aos objetivos propostos, primeiro contextualizar-se-á o debate sobre gentrificação e turistificação; em seguida discutir-se-ão os conceitos de *prefigurative politics* e ação direta; e, por fim, serão analisados os casos de Lisboa e

Sevilha. Para isso, primeiro será realizado um mapeamento dos coletivos que contestam o processo de gentrificação e turistificação nas áreas estudadas. Após este primeiro levantamento, serão selecionados os coletivos mais expressivos para a realização de uma análise detalhada das suas ações. Através das informações disponíveis nas respectivas páginas *web*, serão identificados os principais objetivos e áreas de atuação dos movimentos. Em seguida, por meio das redes sociais, principal ferramenta de divulgação, serão analisados os diferentes eventos e ações realizados pelos coletivos entre os anos de 2019 e 2020.

Quais são os limites da gentrificação e da turistificação?

A gentrificação é um processo de reestruturação do espaço urbano (Smith, 2007). Pode ser compreendida como o fenômeno de substituição da população local, principalmente dos centros das grandes cidades, por uma de maior poder aquisitivo (Mendes, 2008, 2017; Smith, 1996, 2007; Chabrol *et al.*, 2016). É um processo de transformação da composição social de um lugar, por meio da partida de seus habitantes pertencentes a classes populares e a chegada de outros mais qualificados e de status social mais elevado (Chabrol *et al.*, 2016). Essas transformações são acompanhadas por mudanças no tecido urbano e comercial (Chabrol *et al.*, 2016).

O processo de gentrificação está relacionado com as dinâmicas de reprodução do capital. Os imóveis disponíveis a baixo custo em determinadas áreas urbanas, principalmente nas zonas centrais, representam oportunidades com altas taxas de lucro (Smith, 1996; Mendes, 2017). A desvalorização dessas áreas, normalmente marcadas pelo abandono, e a degradação criam oportunidades para uma futura revalorização (Smith, 2007). Nesse contexto, a habitação é vista como um ativo financeiro e frequentemente objeto de especulação para maiores ganhos futuros.

Apesar das similitudes no modo como esse processo se desenvolve em distintos locais, é importante salientar que a gentrificação é um fenômeno diverso. É contextual, definido de acordo com configurações locais, como: morfologia urbana, estrutura da propriedade e vontade política dos grupos sociais presentes (Chabrol *et al.*, 2016).

Diferentemente da gentrificação, que é um campo de estudos estruturado, a turistificação representa uma área nova, que atualmente começa a consolidar-se (Novy, 2017). O resultado é a presença de uma multiplicidade de definições que variam em termos de complexidade e foco, dependendo das perspectivas de análise. Em geral, turistificação é definida como um processo de apropriação física ou simbólica de espaços (urbanos, naturais ou culturais), transformando-os em um produto de consumo turístico (Hernández-Ramírez, 2018; Hiernaux e Gonzales, 2014). Outros associam-na ao processo de transformações urbanas que são provocadas, ou que estão relacionadas com o desenvolvimento do turismo (Novy, 2017). É no mesmo sentido que Lafan (1994, cit. em Hiernaux e Gonzales, 2014) cunhou originalmente este termo para se referir ao processo no qual as políticas públicas são executadas com o objetivo de construir imagens para o consumo turístico. O termo também é usado para se referir ao crescente domínio das atividades relacionadas

com o turismo em detrimento de outras funções urbanas, tendo impactos negativos, tanto na integridade do destino vendido, quanto na vida dos residentes (Jensen-Verbeke e Lievois, 1999 cit. em Novy, 2017).

Na última década, com a expansão do turismo urbano em várias cidades europeias e em países emergentes, as discussões sobre turistificação começam a conectar-se com outros fenômenos urbanos mais amplos, como a gentrificação (Novy, 2017; Hernández-Ramírez, 2018, Hiernaux e Gonzales, 2014). Mendes (2017: 491), analisando Lisboa, sugere a existência de uma “gentrificação turística”, a qual o autor define como:

a transformação dos bairros populares e históricos da cidade/centro em locais de consumo e turismo, mediante a expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico (como, por exemplo, apartamentos turísticos e arrendamento de curta duração – short rental), que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente, arrendamento a longo prazo e comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial, esvaziando os bairros de sua população original ou impedindo população de baixo estatuto socioeconômico de aceder à habitação nessas áreas.

Pode-se dizer que a gentrificação e a turistificação são processos sobrepostos que atuam no mesmo espaço e com dinâmicas e atores similares. No entanto, apesar de intimamente conectados, não são o mesmo processo (Sequera e Nofre, 2018). Pode-se dizer que ambos não são processos urbanos isolados, possuem uma dinâmica de retroalimentação (Novy, 2017). A expansão geográfica do turismo ocorre junto da expansão espacial e a intensificação da gentrificação (Novy, 2017; Gravata-ri-Barbas e Jacquot, 2016).³

A crise de 2008 e a influência nos movimentos sociais urbanos atuais

A crise de 2008 representou tanto um incentivo para os movimentos social urbanos, como também um laboratório de novas práticas ativistas e de novas formas de se relacionar com as cidades (della Porta, 2015; Mayer, 2012). A crise inicialmente restrita aos âmbitos econômicos e financeiros rapidamente se estendeu, originando uma crise de legitimidade política (della Porta, 2015; Harvey; 2012). As respostas governamentais foram marcadas, por um lado, pela implementação de medidas de austeridade (de caráter neoliberal) e, por outro, pela transferência de grandes somas de capital para o sistema financeiro. Essas medidas desmontaram partes dos sistemas de proteção sociais existentes, reforçando as desigualdades e problemas

3 Diversos pesquisadores retratam a evolução desse processo, como por exemplo Novy (2017) que aborda a relação entre turistificação e gentrificação no bairro de Kreuzberg em Berlim, ou como Gravata-ri-Barbas e Jacquot (2017) que analisam esse mesmo fenômeno em Montmartre e no Marais, em Paris

sociais, e também impulsionando a emergência de sentimento de abandono dos cidadãos por parte dos governantes (della Porta, 2015; Mayer, 2012).

Nas cidades, essas medidas deixaram mais visíveis diversos processos de despossessão, privatizando infraestruturas e espaços, restringindo o acesso de grande parte da população aos serviços básicos, em suma, resultando em cidades mais desiguais e divididas (Mayer, 2009, 2012). Diferentemente do ocorrido em outras crises, os efeitos dessa não se restringem apenas às populações vulneráveis, atingindo também as classes trabalhadoras e médias, contribuindo para a emergência de uma forte resposta social (Mayer, 2012). Esse processo acabou por mobilizar amplas coalizões sociais ao redor do mundo, compostas por uma pluralidade de atores e pautas. Muitos destes movimentos reuniram-se sob a bandeira do direito à cidade, exigindo espaços mais justos e habitáveis e um urbanismo social, pensado de acordo com as necessidades dos seus habitantes e não do capital (Harvey, 2012; Mayer, 2009; 2012). Alguns anos depois, é a partir deste lema que se inserem vários dos movimentos antigentrificação e antiturstificação (Novy e Colomb, 2016).

Em Portugal e Espanha, esse processo possui algumas especificidades. O alargado período de austeridade nesses países produziu efeitos ainda mais profundos em sociedades com maior fragilidade social (Accornero, 2022; Annunziata e Lees, 2016). Na Espanha, muitos dos movimentos e organizações que hoje possuem pautas antigentrificação e antiturstificação surgem já no início dessa onda de protesto, principalmente associadas à habitação (Accornero, 2022). Nesse país, a crise financeira atingiu diretamente esse setor, gerando uma onda de despejos e tendo impacto na formação de coletivos como a Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH) (Flesher-Fominaya, 2015). Já em Portugal, os protestos contra a austeridade foram importantes para consolidar diversos coletivos, como a Habita, que com o avanço dos processos de gentrificação e turstificação passaram a abordar essas questões nas suas pautas (Accornero, 2022).

Também é importante ressaltar que as respostas à crise resultaram em novas formas de ocupação dos espaços e novas práticas ativistas como, por exemplo, os diversos acampamentos que surgiram em várias cidades ao redor do mundo (Petrick, 2017; Mayer, 2009). Esses, por sua vez, representavam uma nova forma de ativismo, mas também eram espaços de diversas iniciativas prefigurativas de processos decisórios e também de novas formas de viver a cidade, proliferando desde modelos deliberativos para tomada de decisão, a cozinhas comunitárias, processos de tratamento de dejetos, entre outros de distintas naturezas (Petrick, 2017; Mayer, 2009).

Abrindo o repertório de ação: *prefigurative politics* e ação direta

Protestos, marchas, ocupações, intervenções artísticas, discussões, assembleias públicas, boicotes, entre outros são parte do que se denomina repertório de ação dos movimentos sociais. De acordo com McAdam, Tarrow e Tilly (2001), por repertório de ações compreendem-se as formas de fazer reivindicações que os coletivos usam em situações reais. Refere-se aos meios que um grupo tem para fazer diferentes reivindicações (Della Porta, Diani, 2006). É como se fossem caixas de ferramentas com

várias formas de ação disponíveis para os movimentos sociais tentarem atingir seus objetivos (Bosi e Zamponi, 2015). Representam o que as pessoas sabem fazer quando protestam e normalmente são reaproveitadas de uma ação para outra (Della Porta, Diani, 2006; Bosi e Zamponi, 2015).

Dentre as distintas ações que fazem parte dos repertórios dos movimentos sociais, algumas possuem maior visibilidade que outras. Este capítulo concentra-se nas ações chamadas de *prefigurative politics* e ação direta. Essas práticas são de grande importância para a ação coletiva, no entanto são pouco conhecidas pela sociedade em geral (Federici, 2012 cit. em Yates, 2020).

Por *prefigurative politics* entende-se experimentações práticas dos ideais políticos defendidos pelos coletivos (Bosi e Zamponi, 2015). Possuem um forte comprometimento com a ação (Jeffrey, Dyson, 2020). Carl Boggs (cit. em Jeffrey, Dyson, 2020) define-as como “the embodiment, within the ongoing political practice of a movement, of those forms of social relations, decision-making, culture and human experience that are the ultimate goal”. Nesse sentido Yates (2015) considera *prefigurative politics* como uma construção de alternativas políticas orientadas para o futuro e também uma forma de refletir objetivos políticos ou valores em processos dos próprios movimentos sociais. São formas de ativismo político de caráter espacial e performativo, em que as pessoas colocam em prática visões de mudanças, seja através das instituições, da arte, do uso do corpo, entre outros, e mostram isso como possibilidades de futuro (Jeffrey e Dyson, 2020). É possível citar diversos exemplos de *prefigurative politics* — são ações variadas que compreendem desde a organização de festivais de música, jantares, cineclubes, atividades de economia colaborativa e escolas alternativas a determinados modelos de tomada de decisão, entre outros (Jeffrey e Dyson, 2020).

Já por ação direta compreendem-se as formas de ativismos que se centram diretamente na transformação direta de aspectos específicos da sociedade através da própria ação (Bosi e Zamponi, 2015: 369). Essas iniciativas não visam necessariamente reivindicar algo do Estado ou dos detentores de poder, mas sim o impacto direto na sociedade. Normalmente essas ações fazem-se bastante presentes em tempos de crise. Como exemplo de ações diretas podemos citar redes de trocas e prestação de serviços à sociedade, como por exemplo médicos, consultoria jurídica, moeda social, bancos de tempo, refeitórios sociais, entre outros (Bosi e Zamponi, 2015).

O ciclo de protesto antiausteridade teve um importante papel na consolidação de novas práticas ativistas, fortalecendo diversas iniciativas de ação direta e *prefigurative politics* (della Porta, 2015). Della Porta (2015) ressalta que este período trouxe novos atores contestatários, como, por exemplo, jovens com alto nível educacional. Segundo a autora, a estrutura material interage com a cultura, gerando expectativas normativas específicas. A incorporação de novos ativistas, de bases culturais distintas, teve impacto tanto na forma como os movimentos se organizam para atingir seus objetivos externos, como também no processo prefigurativo de consolidação de uma identidade por meio de valores específicos compartilhados (della Porta, 2015). Dessa forma, a partir de 2008 surgem novas práticas ativistas que mais tarde foram incorporadas nos movimentos subsequentes.

Lisboa: cidade em processo de despejo

Nos últimos anos, Lisboa tem passado concomitantemente por um intenso processo de gentrificação e turistificação (Accornero, 2022; Mendes, 2021; Tulumello e Allegretti, 2020; Calvo, Gago, Cocola-Gant, 2018; Cocola-Gant, Gago, 2019). Observa-se uma mudança no perfil dos bairros centrais da cidade: há uma transformação desses locais em espaço de consumo e lazer e também proliferam empreendimentos imobiliários de alto padrão e alojamentos turísticos ou arrendamento de curta duração (Mendes, 2021). Esse processo eleva o valor dos imóveis, provoca o desaparecimento do comércio de proximidade, dificultando a permanência dos habitantes e vizinhos, reforçando tendências de deslocamento populacional e desalojamento (Mendes, 2021). Uma expressão clara desse fenómeno pode ser vista no aumento do valor dos imóveis: entre 2014 e 2018 observou-se uma tendência acumulada de aumento de 67% (Calvo, Gago e Cocola-Gant, 2018).

Esse processo não é novo em Lisboa. No entanto, é a partir da crise económica de 2008 que ele se acentua (Mendes, 2021; Tulumello e Allegretti, 2020). O complexo imobiliário-financeiro e a indústria do turismo constituíram as bases da recuperação económica portuguesa. Houve uma série de programas estatais no campo da habitação de cunho neoliberal e pró-mercado executados a partir desta época. Dentre esses destacam-se a nova lei de arrendamento urbano de 2012, os programas Vistos Gold e a nova lei de alojamento local (Mendes, 2021).^{4,5} Esse novo arcabouço jurídico, somado à existência de uma grande quantidade de imóveis disponíveis a baixo custo e uma crescente demanda turística, produziu fortes tensões no mercado residencial da cidade (Mendes, 2021).

Nesse contexto, diversos movimentos passaram a incorporar nos seus discursos o tema da gentrificação e também a turistificação (Accornero, 2022). Dentre esses movimentos serão analisados três: Habita — Associação Pelo Direito à Cidade, Gaia — Grupo de Ação e Intervenção Ambiental e o coletivo Stop Despejos. A Habita foi criada em 2009, mas institucionalizada enquanto coletivo em 2014.⁶ Define-se como um coletivo “pertencente a todas as pessoas e comunidades que são exploradas pela lei dos mais fortes e que veem comprometido o próprio direito a viver numa casa e ambiente dignos”, com foco em questões relacionadas com a habitação, de acordo com o movimento, compreendida de uma forma interseccional, apoiando também causas anticapitalistas, feministas, anti-lgbtfobia e antirracistas. Tem como principais bandeiras ser contra os despejos e as expulsões; mais habitação pública e social; limites para as rendas e estabilidade dos contratos; fim dos incentivos públicos para a especulação; e redução dos apartamentos turísticos. É um

4 Vistos Gold: programa criado pelo governo português em 2012 que permite a cidadãos de Estados Terceiros obterem autorizações de residência no país a partir da realização de altos investimentos.

5 Em Portugal denomina-se de *alojamento local* alojamentos destinados a turistas e de arrendamento de curta geração, incluindo Airbnb, entre outros.

6 Informações disponíveis em: <https://habita.info/accao/> e <https://www.facebook.com/habita.colectivo/>

coletivo formado por ativistas de longa data, que com o passar do tempo estabeleceram diálogos com diversas instâncias, assim como conexões com redes internacionais (Mendes, 2021; Accornero, 2022).

A Habita tem uma intensa programação, além das atividades de apoio a pessoas ameaçadas de despejo e de ações para tentar paralisar esses processos, também realizam, quase mensalmente, ciclos de debates e de projeção de documentários a respeito dos temas trabalhados pelo coletivo, Durante a pandemia de covid-19, iniciativas como essas foram realizados de forma *online*. Destacam-se também as assembleias mensais abertas a toda a população, e muitas vezes realizadas em locais públicos, e outros eventos pontuais, como organizações de jornadas e festas. É um coletivo que se destaca pela centralidade da habitação em suas pautas e por uma agenda consistente de discussões ao redor deste assunto. Diversas das ações são realizadas em parceria com outros coletivos, como o Festival HabitACÇÃO, realizado em setembro de 2019, em parceria com outras associações e que contava com diversas atividades, desde um *tour* da gentrificação, até mesmo à afixação de azulejos em diversas residências, contando as histórias dos antigos habitantes dos locais, vítimas de despejo.

O Stop Despejos é um coletivo que luta pelo “fim dos despejos, pela defesa do direito à habitação e pela construção coletiva, inclusiva e mais justa das cidades”.⁷ Apresentam-se como uma ferramenta de resistência às políticas neoliberais, à especulação financeira e à privatização do espaço público. Autodefinem-se como uma “plataforma de encontro e espaço de convergência de indivíduos, coletivos e movimentos em luta pelo direito a uma habitação digna e por uma cidade inclusiva e mais justa”. Buscam associações com movimentos feministas, antirracistas, antifascistas e anticapitalistas, e definem-se como um coletivo horizontal, apartidário, autofinanciado e autônomo.

As principais ações da plataforma são as tentativas de paralisação de despejos. No entanto, também realiza uma série de ações prefigurativas, muitas em conjunto com a Habita. Entre essas destacam-se os ciclos de debates, jornadas temáticas e a exibição de filmes e documentários com o tema da habitação. Além disso, o coletivo realiza também uma assembleia de periodicidade semanal e presta assistência a pessoas ameaçadas de despejo.

O Gaia — Grupo de Ação e Intervenção Ambiental foi fundado em Lisboa em 1996 e atua a nível local e nacional.⁸ O seu foco principal são as questões ambientais de forma integrada com as questões sociais e políticas. Define-se como um grupo de caráter ativista, focado na sensibilização, coaprendizagem e ação direta e trabalho de base. Atualmente também está envolvido com a luta antigentrificação e antituristificação, funcionando na sua sede um posto do Terramoturismo, que pretende informar pessoas ameaçadas de despejo dos seus direitos.

O Gaia é um coletivo que se autodefine como centrado na coaprendizagem e educação não formal. É um movimento bastante ativo, com uma programação

7 Informações disponíveis em: <https://stopdespejos.wordpress.com> e <https://www.facebook.com/stopdespejoslisboa/>.

8 Informações disponíveis em: <https://gaia.org.pt> e <https://www.facebook.com/GAIA.LX/>.

mensal fixa ampla. Destacam-se eventos como projeções de filmes ou grupos de discussão, seguido por jantares coletivos, sementeca (espaço para troca de sementes e aprendizagem), reciclata (ateliê de pequenos consertos de bicicleta aberto para a população em geral), além de conversas e debates. Alguns desses eventos acontecem com periodicidade mensal e outros são semanais. Além destes, destacam-se assembleias quinzenais e outros eventos pontuais como jantares populares, oficinas, jornadas abertas e protestos.

Sevilha: San Luís, um bairro que resiste

O processo de desenvolvimento urbano de Sevilha não é muito diferente do de Lisboa. Uma sequência de intervenções urbanas resultaram em processos de gentrificação e turistificação. Eventos como a Expo 92 marcam o início de uma estratégia de projeção internacional da cidade, seguidas por uma série de intervenções urbanísticas, principalmente nos bairros da zona norte do centro histórico, até então uma zona considerada bastante degradada. A principal dessas iniciativas foi Plan Urban San Luis-Alameda, realizada a partir de 1995, consolidando essa zona como atrativa para a classe média local.⁹ Nos últimos anos, com o aumento do número de visitantes, as pressões sociais sofridas nesta área também se somaram às do turismo. Regularmente, Sevilha tem batido recordes em número de visitantes, sendo que em 2018 atingiu 2.671.491 hospedados em hotéis da cidade (INE, 2019).

Esse fenômeno pode ser sentido com mais intensidade em alguns locais, como por exemplo nos bairros de Feria e San Luis¹⁰. Apesar desta centralidade, a área, por estar longe da zona monumental, foi durante muito tempo considerada zona periférica (Díaz, 2006). Hoje, o perfil dessas áreas mudou profundamente. Por um lado, em Feria é possível perceber uma mudança no comércio: o comércio local ocupa cada vez menos espaço e há uma proliferação de restaurantes *fast food*, lojas de mara ou de presentes, sorveterias e bares. Já na zona de San Luis é perceptível uma concentração de restaurantes sofisticados, a existência de um comércio de proximidade destinado a atender as classes médias que se mudaram para o local, além de remanescentes do comércio tradicional. Em ambos os locais é possível observar uma grande concentração de novas opções de hospedagem e alojamento turísticos. Na zona de Feria, por exemplo, o número de hospedagem destinada a turistas é de aproximadamente 26% dos fogos disponíveis, superior a outras zonas tradicionalmente turísticas, como a zona monumental da cidade, onde esse número chega aos 20% (Jover *et al.*, 2018).

9 O Plano Urban foi uma iniciativa europeia com o objetivo de revitalizar áreas urbanas degradadas com o objetivo de reforçar o tecido social e a sua situação económica (Díaz, 2006). As ações realizadas na cidade foram essencialmente de cunho urbano, representando melhorias de infraestruturas, remodelações e novos equipamentos públicos. As componentes sociais do plano foram deixadas de acordo com o plano (Díaz, 2006).

10 As divisões de bairros na zona norte do centro histórico de Sevilha são um pouco imprecisas: considerou-se a divisão utilizada por Cantero *et al.* (1999) como referência.

Nos últimos anos, esse processo tem gerado uma série de respostas sociais que contestam o modelo de desenvolvimento implementado na cidade. No entanto, a história do ativismo em Sevilha não é recente, é possível encontrar vários casos de resistência quando olhamos para as principais intervenções urbanas na cidade. De alguma forma, todas essas histórias se entrelaçam e estão presentes nas lutas atuais (Quintero, 2007). Este capítulo centra-se em três desses movimentos que possuem reivindicações antigentrificação e antiturstificação: Associação de Moradores do Casco Norte “La Revuelta”, Oficina de Direitos Sociais Sevilha (ODS) e Associação Casa del Pumarejo.

A Associação “La Revuelta” foi criada no ano de 2009 e define-se como um grupo de pessoas que “quieren vivir bien y lo quieren ahora”.¹¹ O movimento define a sua atuação em defesa do bairro e das suas idiossincrasias, além do combate à exclusão social e à marginalidade, objetivando promover um bairro sustentável, pacífico, multicultural e igualitário, fomentando a vida pública e a criação de comunidade, lutando pelas redefinições dos papéis de género e das relações, lutando contra a homofobia, defendendo os sistemas públicos de saúde, segurança social e educação, entre outros. “La Revuelta” possui diversas propostas em matéria de acessibilidade, património, urbanismo e mobilidade e participa ativamente dos planos participativos municipais. Possui também conexões com diversos outros coletivos que atuam nesta área.

Entre as ações realizadas pela “La Revuelta” destacam-se principalmente as assembleias mensais e protestos, não apenas relacionadas com a habitação, mas também com interseccionalidade com as lutas feministas, precariedade laboral, turistificação, gentrificação, entre outros. Destacam-se também a organização e coorganização de festas e eventos culturais como forma de estratégia de luta e de ocupação do espaço. Um exemplo dessas ações foi Contra Cumbre del Turismo, realizada em 2019, concomitantemente com a Cúpula Mundial de Turismo, que neste ano ocorreu na cidade. O evento foi construído de maneira participativa, com diversas atividades e organizado em redor de eixos como economia, ecologia, cultura, habitação entre outros. Além da Contra Cumbre, também em parceria com outros coletivos, realizaram-se festas com esse mesmo tema, como uma denominada Golpe de Estado ao Turismo, onde houve lançamento de livros sobre o assunto e a apresentação de diversos coletivos.

A ODS foi criada no ano de 2004.¹² É um coletivo que presta assessoria jurídica à população. Tem como objetivo “crear nuevas formas de lucha contra la precariedad, por la defensa de los derechos sociales y la conquista de nuevos derechos”. Tem como linhas principais de trabalho questões relativas à migração, habitação, precariedade e auto-organização social. Também se destaca a atuação em rede com outros movimentos sociais locais e também com outros movimentos com propostas similares em outras cidades.

A ODS realiza principalmente atividades de ação direta e prestação de serviços à comunidade, como por exemplo assessoria jurídica em matéria de habitação,

11 Informações disponíveis em: <https://larevuelta.org> e <https://www.facebook.com/larevuelta.av>.

12 Informações disponíveis em: <https://odssevillaods.wordpress.com> e <https://www.facebook.com/OficinaDerechosSociales>.

imigração, conflitos laborais, entre outros. Ademais, organiza workshops e ciclos formativos sobre esses temas, como o Curso Mediadores de Bairros, feito em parceria com a Câmara de Sevilha e que tinha como objetivo formar as pessoas do local para atuarem em distintas situações, como resolução de conflito e incentivo à participação. Com outros movimentos sociais, atua na organização de festivais e outras atividades culturais.

A Associação Casa Grande del Pumarejo surgiu no ano 2000 como uma plataforma comunal que lutava contra a transformação em um hotel e a expulsão dos vizinhos e comerciantes que ocupavam a Casa Palácio que dá nome ao coletivo.¹³ Depois de uma intensa mobilização social, o coletivo conseguiu impedir a transação, assim como conseguiu que a casa fosse declarada Bem de Interesse Cultural Andaluz, sendo protegida pelo seu valor arquitetônico e etnográfico. No entanto, a luta do coletivo não terminou nesse momento. A associação agora luta pela reforma do imóvel, assim como está envolvida em diversas lutas locais. Além disso, a Casa possui diversos espaços onde funcionam vários dos coletivos que atuam na área, configurando-se como centro modal dos movimentos sociais de Sevilha.

A Casa funciona como uma espécie de *cluster* dos movimentos sociais locais. Além de diversos coletivos funcionarem fisicamente no espaço, a plataforma associativa oferece apoio e divulgação de vários eventos e ações desses movimentos. No entanto, a Associação Casa Grande del Pumarejo não se envolve em todas as questões dos coletivos lá existentes, tem as suas ações centradas nas questões relativas à luta pelo patrimônio (em especial à própria casa) em questões urbanas relacionadas com a habitação, gentrificação e turistificação. A associação realiza uma série de protestos simbólicos, por exemplo, o abraço coletivo a uma casa, eventos artísticos como lançamento de documentários e mostras de vídeo. Destacam-se principalmente a organização de festas populares tradicionais como forma de manter vivos os costumes locais e a vida no bairro, dentre essas destacam-se festas como a tradicional Cruz de Mayo. Celebrada no dia primeiro de maio de cada ano, envolve todos os coletivos que funcionam no espaço, assim como vizinhas que habitam o local, tendo uma série de atividades, desde a decoração do pátio interno da casa a apresentações culturais. Além disso, o coletivo também realiza atividades de ação direta, como a “bibliopuma”, uma biblioteca comunitária que funciona no espaço aberto para a população em geral.

Conclusões

Os estímulos aos movimentos sociais urbanos provocados pela crise de 2008 não se restringiram aos anos imediatamente subsequentes. Além de uma renovação dos movimentos, houve uma reivindicação ao direito à cidade enquanto motor da ação coletiva, nas quais se inserem muitos dos movimentos antituristificação e antigentrificação estudados. Analisando o repertório de ação desses movimentos, percebem-se os ecos

13 Informações disponíveis em: <https://pumarejo.org> e <https://www.facebook.com/CasaPumarejo/>.

das inovações ocorridas no pós-crise, entre elas no que se refere a *prefigurative politics* e ação direta, ressaltando o compromisso com a ação (Jeffrey, Dison, 2020), a experimentação das ideias (Bozi e Zamponi, 2015) e o processo de construção de alternativas por meio da imaginação e da prática (Yates, 2020). Percebe-se que grande parte do repertório desses movimentos é composto por ações que fazem parte destas categorias. É notável também a sua diversidade. Nesta breve análise com apenas seis movimentos sociais, foram identificadas ações como: abraço coletivo ao imóvel, ciclo de palestras, jantares coletivos, festas populares, formações, biblioteca social, atendimento jurídico, entre outros. Destaca-se também a importância que essas ações tiveram durante o período inicial da pandemia de covid-19. Na impossibilidade de realizar eventos públicos, as *prefiguratives politics*, inicialmente realizadas de forma virtual e depois já presencial, foram importantes para manter as redes no que Melucci (1988) chama de estado de latência. Nesse contexto, inserem-se ações como ciclos de debates *online*, assembleias virtuais, entre outras ações, importantes para manter os grupos unidos para as próximas mobilizações.

Nos contextos analisados, é possível observar diferenças e similaridades. Entre as similaridades, destaca-se a natureza das ações, que apesar de suas particularidades, são principalmente ações de discussões/debates, assembleias abertas e festividades. Destaca-se também a sobreposição dos movimentos sociais ao redor de causas similares e como as suas ações são realizadas em rede e em parcerias. Essas redes são expandidas além dos movimentos antiturstificação e antigentrificação e interseccionam-se com os movimentos feministas, anticapitalistas, LGBTQ+ e também com vários espaços de cultura alternativa.

No que se refere às diferenças, é possível percebê-las nos tipos de ações que são predominantes em cada lugar — em Sevilha, destaca-se a socialização a partir de festas e eventos artísticos. Várias das ações observadas referem-se a organização de festivais de resistência ou de festejos tradicionais. Em Lisboa, percebe-se uma predominância de debates e projeções de documentários, seguidos de discussões a respeito do tema. Outro ponto que a ação coletiva se diferencia nas duas cidades é na sua organização. Em Sevilha, há um tecido social potente e estruturado ao redor da Associação Casa Grande del Pumarejo. Coletivos de distintas áreas de atuação têm neste local um espaço de encontro e isso pode ser observado nas suas ações em conjunto, sinergias, transversalidade e sobreposições. Em Lisboa, não se observa um centro de articulação como em Sevilha, é possível detectar que os movimentos estão conectados, mas de uma forma difusa.

Esse capítulo representa apenas uma contribuição aos estudos dos movimentos sociais nas cidades do sul europeu. No entanto, diversas questões se encontram em aberto, como qual é o impacto desses movimentos nas suas áreas de atuação? Qual o papel das festas e celebrações nos movimentos sociais? Como essas configurações conversam com os processos históricos de cada local? E qual o papel das lutas anteriores na consolidação das lutas atuais? Esses são apenas alguns dos temas que ficam para serem respondidas em futuros trabalhos.

Referências bibliográficas

- Accornero, Guya (2022), “La maison à qui l’habite!”. Politiques, luttes et défi au Portugal dans le contexte de gentrification and touristification croissant”, em Christophe Roux, Marie-Hélène Sá Vilas Boas e Victor Pereira (orgs.), *In le Portugal Politique*, Paris, L’Harmatta.
- Anunziata, Sandra e Loretta Lees (2016), “Resisting ‘austerity gentrification’ and displacement in Southern Europe”, *Sociological Research Online*, 21 (3), pp. 148-155.
- Bosi, Lorenzo e Lorenzo Zamponi (2015), “Direct social actions and economic crises: the relationship between forms of action and socio-economic context in Italy”, *Partecipazione e Conflitto*, 6 (2), pp. 367-391.
- Calvo, Daniel, Ana Gago e Agustín Cocola-Gant (2018), “Turismo, negocio inmobiliario y movimientos de resistencia en Lisboa”, em José Mancilla e Claudio Milano (orgs.), *Ciudades de Vocaciones*, Barcelona, Pollen Ediciones, pp. 121-154.
- Charbrol, Marie et al. (2016), *Gentrifications*, Paris, Editions Amsterdam.
- Cocola-Gant, Agustín e Ana Gago (2019), “Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement: a case study in Lisbon”, *Environment and Planning A: Economy and Space*, 53 (7), pp. 1671-1688.
- Della Porta, Donatella (2015), *Social Movements in Times of Austerity: Bringing Capitalism Back into Protest Analysis*, Cambridge, Polity Press.
- Della Porta, Donatella e Mario Diani (2006), *Social Movements: an Introduction*, Londres, Blackwell.
- Díaz, Ilbán (2006), “Urban: hasta aquí llego el nivel de escombros”, em S. Barber, V. Frensel, e M. J. Romero (eds.), *El Gran Pollo de La Alameda. Una Decena de Años de Lucha Social en el Barrio de Alameda*, Sevilha, pp. 59-66.
- Fominaya, Cristina F. (2015), “redefining the crisis/redefining democracy: mobilising for the right to housing in Spain’s PAH Movement”, *South European Society and Politics*, 20 (4), pp. 465-485.
- Gravari-Barbas, Maria e Sébastien Jacquot (2016), “No conflict? Discourses and management of tourism-related tensions in Paris”, em Johannes Novy e Claire Colomb (orgs.), *Protest and Resistance in the Tourist City*, Londres, Routledge.
- Gómez, David (2006). “Intervención urbanística en San Luís: crónica de un expolio”, em S. Barber, V. Frensel e M. J. Romero (eds.), *El Gran Pollo de La Alameda. Una Decena de Años de Lucha Social en el Barrio de Alameda*, Sevilha, pp. 95-100.
- Harvey, David (2012), *Ciudades Rebeldes*, Madrid, Ediciones Alcal.
- Hernández-Ramírez, Javier (2019), “La voracidad del turismo y el derecho a la ciudad”, *Revista Andaluza de Antropología*, 15, pp. 22-46.
- Hiernaux, Daniel e Carmen Imelda González (2014), “Turismo y gentrificación: pistas teóricas sobre una articulación”, *Revista de Geografía Norte Grande*, 58, pp. 55-70.
- INE (2019), Encuesta de Ocupación Hotelera, Madrid, INE.
- Jeffrey, Craig e Jane Dyson (2020), “Geographies of the future: prefigurative politics”, *Progress in Human Geography*, 45 (4), pp. 641-658.
- Jover, Jaime e Ibán Díaz-Parra (2019), “Gentrification, transnational gentrification and touristification in Seville, Spain”, *Urban Studies*, 1-16.

- Jover, Jaime *et al.* (2018), “Turistización y movimientos urbanos de resistencia: experiencias desde Sevilla”, em José Mancilla e Claudio Milano (orgs.), *Ciudades de Vacaciones*, Barcelona, Pollen Ediciones, pp. 403-438.
- Mayer, Margit (2012), “The right to the city in urban social movements”, em Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer (orgs.), *Cities for People, not for Profit*, Nova Iorque, Routledge, pp. 64-82.
- Mayer, Margit (2009), “The right to the city in the context of shifting mottos of urban social movements”, *City*, 13 (2-3), pp. 362-374.
- McAdam, Doug, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2001), *Dynamics of Contention*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Melucci, Alberto (1988), *Nomads of the Present. Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*, Londres, Hut.
- Mendes, Luís (2021), “Lutas urbanas pelo direito à habitação em Lisboa em tempos de pandemia”, *Cadernos Metr pole*, 23 (50), pp. 203-232.
- Mendes, Luís (2017), “Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009”, *Cadernos Metr pole*, 39, pp. 479-512.
- Mendes, Luís (2008), “Gentrificação e a cidade revanchista: que lugar para os movimentos sociais urbanos de resistência?”, *Forum Sociológico*, 18, pp. 21-28.
- Novy, Johannes (2017), “‘Destination’ Berlin revisited. From (new) tourism towards a pentagon of mobility and place consumption”, *Tourism Geographies*, 20 (3), pp. 418-442.
- Novy, Johannes e Claire Colomb (2016), “Urban tourism and its discontents”, em Johannes Novy e Claire Colomb (orgs.), *Protest and Resistance in the Tourist City*, Londres, Routledge, pp. 1-31.
- Petrick, Kamilla (2017), “Occupy and the temporal politics of prefigurative democracy”, *TripleC*, 14 (2), pp. 490-504.
- Quintero-Morón, Victoria (2007), *Dimensiones Simbólicas, Valores de Uso y Valores de Mercado: Conflictos y Negociaciones en Torno al Patrimonio Etnológico en Andalucía*, tese de doutoramento, Universidad de Sevilla.
- Sequera, Jorge e Jordi Nofre (2018), “Shaken, not stirred: new debates on touristification and the limits of gentrification”, *City*, 22 (5), pp. 843-855.
- Smith, Neil (2007), “Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano”, *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 21 (1), pp. 15-31.
- Smith, Neil (1996) *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*, Nova Iorque, Routledge.
- Tulumello, Simone e Giovanni Allegretti (2020), “Articulating urban change in Southern Europe: gentrification, touristification and financialisation in Mouraria, Lisbon”, *European Urban and Regional Studies*, 28 (2), pp. 111-132.
- Yates, Luke (2020), “Prefigurative politics and social movement strategy: the roles of prefiguration in the reproduction, mobilisation and coordination of movements”, *Political Studies*, 69 (4), pp. 1033-1052.